

# ORÇAMENTO CIDADÃO OGE2018

201

## Ficha Técnica

Designação:	Plano de Actividades do Ministério das Finanças 2018
Periodicidade:	Anual
Elaborado por:	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais
Publicação:	Ministério das Finanças
Design e Paginação:	Gabinete de Comunicação Institucional

## Endereço

Ministério das Finanças  
Largo da Mutamba  
Palácio das Finanças  
C.P.: 1235, Luanda - Angola  
E-mail: [gci@minfin.gov.ao](mailto:gci@minfin.gov.ao)  
[www.minfin.gov.ao](http://www.minfin.gov.ao)

# ÍNDICE

Porquê um Orçamento Cidadão?

O que é o Orçamento do Estado?

O que está incluído no Orçamento do Estado?

Como se faz, aprova, implementa e monitoriza o Orçamento do Estado?

Como é que as recentes adversidades afectam o Orçamento do Estado?

Em que previsões para 2018 se baseia o Governo para definir as receitas e despesas inscritas no Orçamento do Estado?

O que se prevê para o défice orçamental e a dívida pública em 2018 ?

Do défice orçamental de 2017 ao défice orçamental de 2018

De onde vem a receita do Estado?

O Orçamento de Estado 2018



# O QUE É O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO?

## O que é o Orçamento Geral de Estado (OGE)?

É a súmula explicativa que agrega variados documentos, propostos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo para aprovação, possuindo força de Lei, com o detalhe de todas as receitas e despesas do Estado previstas para um determinado período de tempo, normalmente um ano.

## O que afecta?

Afecta o rendimento das famílias, os lucros das empresas, o investimento público e o privado. Permite às famílias e às empresas formar as suas expectativas.

Clarifica as prioridades políticas do Governo e permite o controlo democrático da governação. Enquadra legalmente a governação, garantindo uma medida de estabilidade e previsibilidade.

## O que está Incluído?

O OGE detalha as receitas e despesas de todos os organismos da Administração Central e Local do Estado – que inclui os serviços integrados do Estado em sentido estrito (Ministérios, Governos Provinciais), os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central (Institutos Públicos, Entidades Reguladoras, que gozam de maior autonomia na sua gestão), da Segurança Social e dos subsídios e transferências a realizar para as Empresas Públicas.

## PORQUÊ UM ORÇAMENTO CIDADÃO?

### O que é o Orçamento Cidadão?

É uma explanação simplificada demonstrativa dos principais resultados orçamentais, tal como dos números para a sua execução. Pretende-se, assim, através de quadros e tabelas simplificados, a fácil compreensão pelos cidadãos das prioridades e decisões implícitas na política orçamental.

### Qual é o Objectivo do Orçamento Cidadão ?

- Permitir que o Cidadão esteja mais informado sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE), de modo a que possa ter uma participação mais activa nas questões de política orçamental;
- Comunicar as prioridades orçamentais para que os cidadãos entendam como o Governo pretende arrecadar as receitas, realizar as despesas e como se prevê cumprir os objectivos do défice orçamental e da dívida pública;
- Melhorar a transparência e boas práticas no manejo das contas públicas.

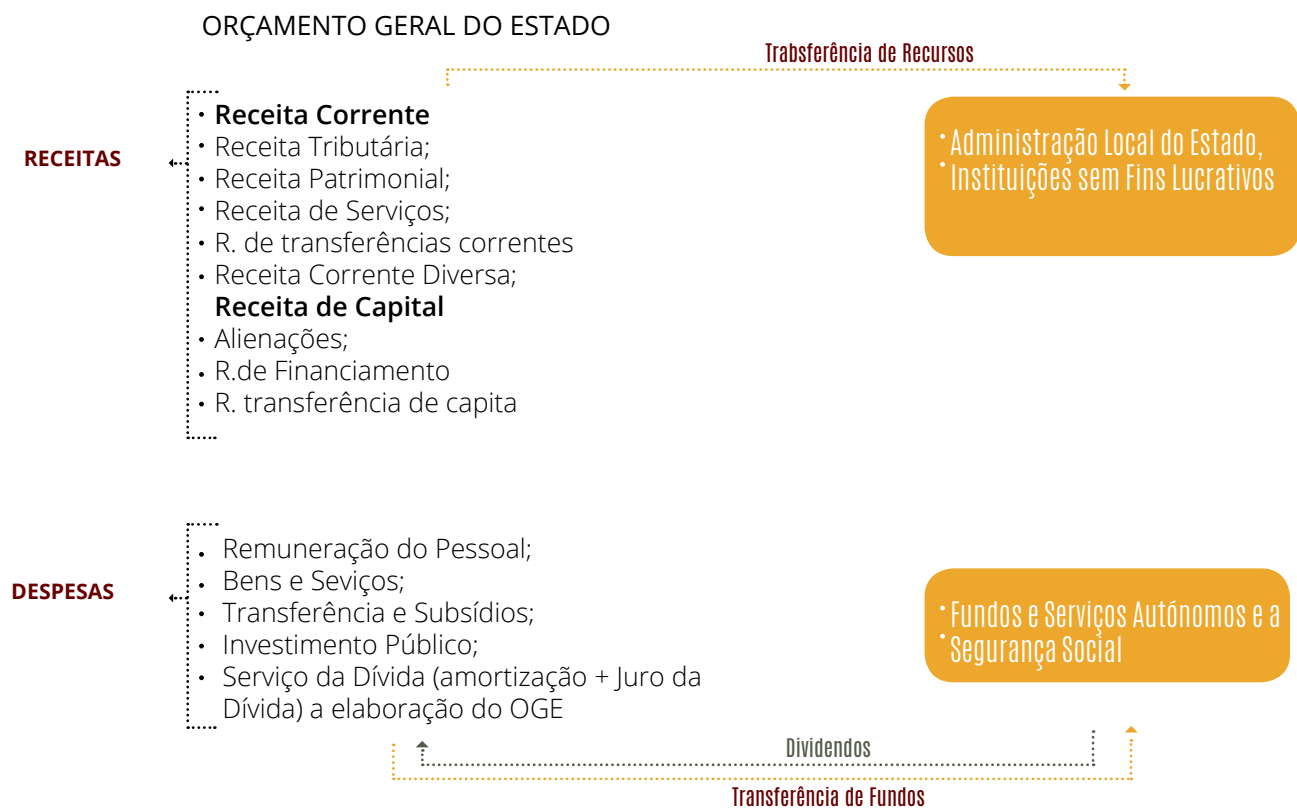
### Como Utilizar?

Neste Orçamento Cidadão, poderá encontrar informação acessível e objectiva sobre:

1. O Processo de orçamentação e as respectivas componentes.
2. Os Pressupostos macroeconómicos de base para a elaboração do OGE 2018.
3. Os objectivos para o défice orçamental e a dívida pública, bem como um conjunto de outros indicadores-chave.
4. Receitas previstas e os limites para as despesas em 2018.



## O QUE ESTÁ INCLUÍDO NO OGE?



**Está incluído no Orçamento Geral do Estado...**  
 O Orçamento do Estado detalha as receitas e despesas de todos os organismos da Administração Central (A.C.) - que inclui os serviços integrados do Estado em sentido estrito (Ministérios), das unidades orçamentais dos órgãos da

Administração Local do Estado (Provinciais) e os Serviços e Fundos Autónomos da A.C. (Institutos Públicos, Entidades Reguladoras, que gozam de maior autonomia na sua gestão) – e da Segurança Social.

The image is a vertical collage. The top portion shows a large, ornate hall with tall, fluted columns and a high ceiling. A large, circular emblem is visible on the right wall. Below this, several rows of people are seated at long desks, likely members of a legislative body. They are dressed in formal attire. In the foreground, the backs of several people's heads and shoulders are visible as they sit at their desks, which are equipped with microphones and computer monitors. The overall scene depicts a formal legislative session.

**COMO SE FAZ,  
APROVA, APLICA E  
MONITORIZA O  
OGE?**



## Como se faz?

O processo tem início com elaboração dos respectivos calendários de actividades pelos Órgãos do Sistema Orçamental, visando dar cumprimento aos prazos e acções seguintes:

**Elaboração do Orçamento preliminar até ao dia 15 de Junho;**

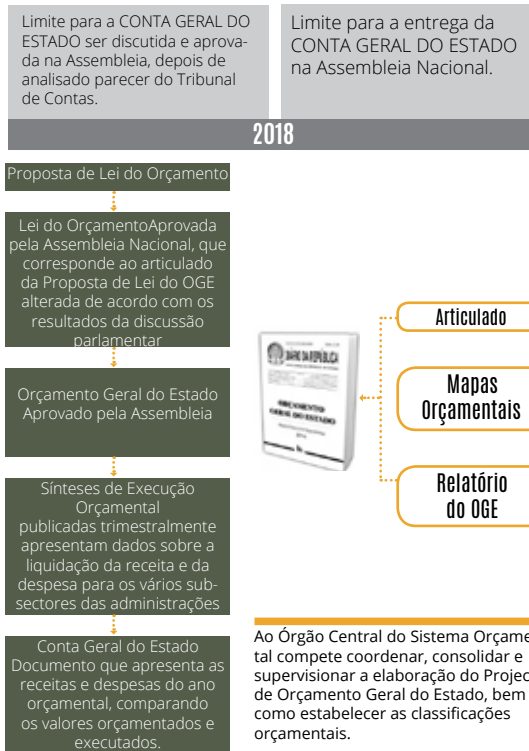
**Remeter as projecções da receita própria, até 16 de Junho;**

**Apreciação e discussão dos Limites Preliminares de Despesa até 17 de Julho;**

**Solicitar ajustes internos dos Limites de Despesa fixados até 18 de Agosto;**

**Disponibilizar os Limites de Despesa às Unidades Orçamentais e Órgãos Dependentes até 12 de Agosto; e**

**Acompanhar o processo de elaboração e validar as propostas orçamentais até 9 de Setembro.**



31 de Outubro - Limite para a entrega da Proposta de Lei do Orçamento de Estado na Assembleia Nacional.

A proposta é promulgada pelo Presidente da República, passando a constituir a LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO.

Num prazo de 45 dias, a PROPOSTA DE LEI deve ser discutida e aprovada, com eventuais alterações, na Assembleia da República.

**2016**

### Período em que vigora a lei

O Orçamento Geral do Estado é unitário e deve ser elaborado de modo a que as todas as despesas nele previstas estejam financiadas em cada ano fiscal.

São publicadas SÍNTESES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, onde são registados os valores efetivos das receitas cobradas e da despesa realizada em cada período.

**2017**



## DIPLOMA LEGAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

**C**orresponde a um conjunto de artigos de lei, que se limitam ao “estritamente necessário para a execução da política orçamental e financeira” do ano, integrando, nomeadamente, alterações ao sistema fiscal, limites máximos para o endividamento do Estado, normas relativas à execução orçamental, entre outras matérias.

## DESENVOLVIMENTOS ORÇAMENTAIS

Mapas do OGE que incluem as receitas e despesas dos serviços integrados e serviços e fundos autónomos de forma totalmente desagregada; e o orçamento da segurança social. Permitem um acompanhamento e fiscalização da execução do orçamento a um nível desagregado das receitas e despesas.

## PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICAS PARA 2018

### A IMPORTÂNCIA DO CENÁRIO MACROECONÓMICO

Para prever as receitas que serão arrecadadas e as despesas que terão que ser efetuadas, é necessário ter uma previsão da evolução da economia nacional, bem como da economia internacional que a condiciona.

O cenário macroeconómico constitui essa previsão, sendo assim uma componente central do OGE.

Inclui as previsões quanto à conjuntura económica internacional (nomeadamente a evolução do preço do petróleo e a evolução das economias desenvolvidas) e as previsões em relação à evolução da economia nacional (incluindo o PIB, taxa de inflação e taxa de desemprego).

Crescimento do PIB 4,9 % em 2018

Preço por Quilates do Diamante: USD 124,2

Produção Petrolífera: 620,0 (milhões de barris) Preço do

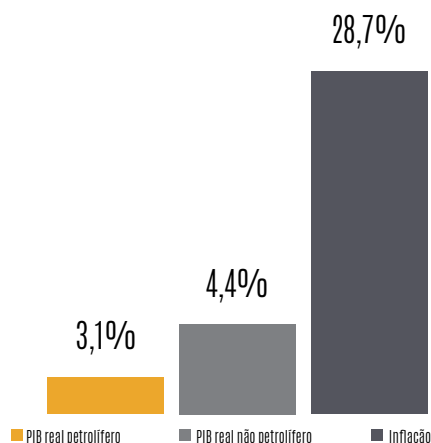
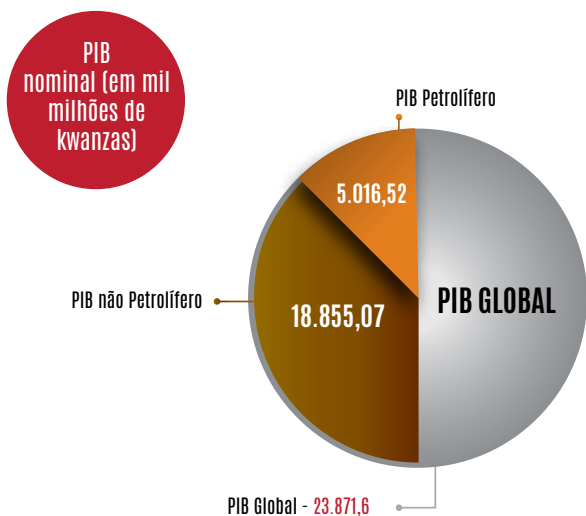
Barril de petróleo: USD **50,0** Ófício Fiscal do PIB **3,4%**

## MAPAS ORÇAMENTAIS

Enquadramento do Conjunto de mapas que integram o Orçamento Geral do Estado, contendo tabelas discriminadas e detalhadas das receitas e despesas dos vários organismos, utilizando diferentes metodologias de classificação.

## RELATÓRIO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

Integra os elementos que justificam a política orçamental vertida na Proposta de Lei do OGE. Descreve, entre outros, o cenário macroeconómico utilizado, as linhas gerais da política orçamental e restantes obrigações do Estado face à sociedade. Define também as prioridades políticas sectoriais de cada Ministério.

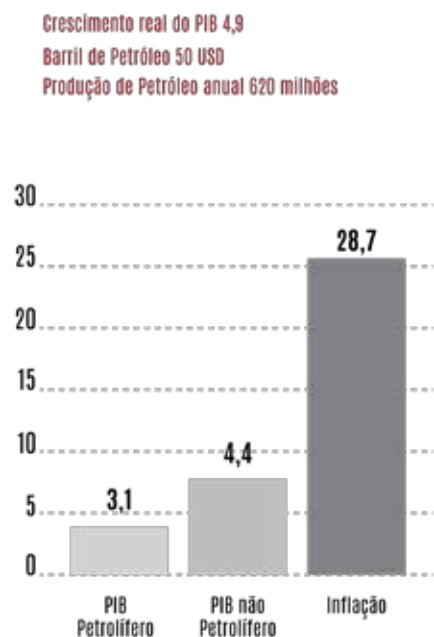
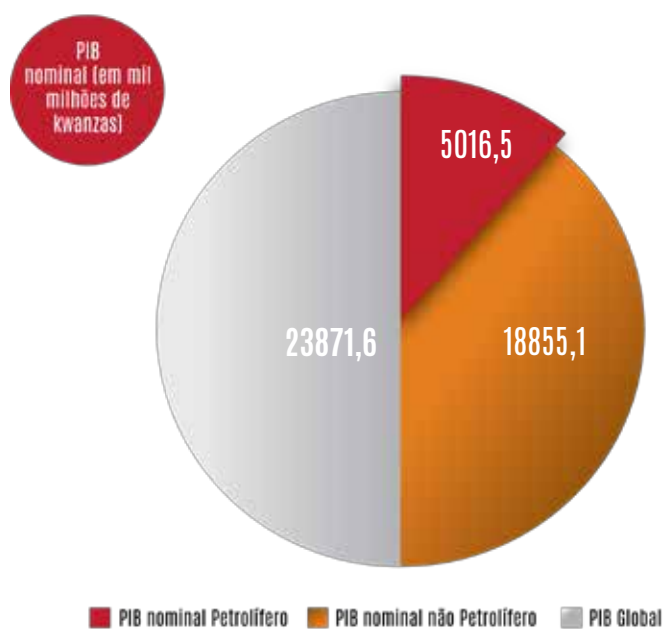




# **PRESUPUESTOS MACROECONÓMI- COS PARA 2018**



Ord.	Descrição	PND	2017 OGE	PME	Projeções de Fecho	2018 OGE
<b>A</b>	Taxa de Crescimento Real %					
	PIBpm	7,5	2,1	2,6	1,1	4,9
2	PIB Petrolífero	3,8	1,8	3,2	-0,5	3,1
3	PIB Petrolífero incluindo LNG				-4,6	6,1
4	PIB não Petrolífero	9,2	2,3	2,3	1,9	4,4
<b>B</b>	PIB Mil Milhões de Kwanzas					
5	PIB	16 808,82	19 746,10	20 101,11	18 350,40	23 871,60
6	PIB nominal Petrolífero	5 063,15	3 753,40	4 099,56	3 572,50	5 016,52
7	PIB nominal não Petrolífero	11 745,68	15 992,80	16 001,55	14 777,80	18 855,07
<b>C</b>	Pressupostos Técnicos de Prog.					
8	Taxa de Câmbio (Kz/Us\$)	100,10	165,90	165,90	165,90	
9	Inflação %	7,00	15,80	15,80	22,90	28,70
10	Produção Petrolífera ( MBbl)	760,30	664,68	610,65	449,70	620,00
11	Produção Petrolífera (MBbl/dia)	2 083,00	1 821,04	1 794,40	1 647,20	1 698,60
12	Preço Médio do Petróleo(US\$/Bbl)	89,90	46,00	48,40	48,40	29
13	Défice Fiscal ( % do PIB )	1,20	5,80	5,80	6,70	3,4



## GESTÃO POLÍTICA

### Política Fiscal

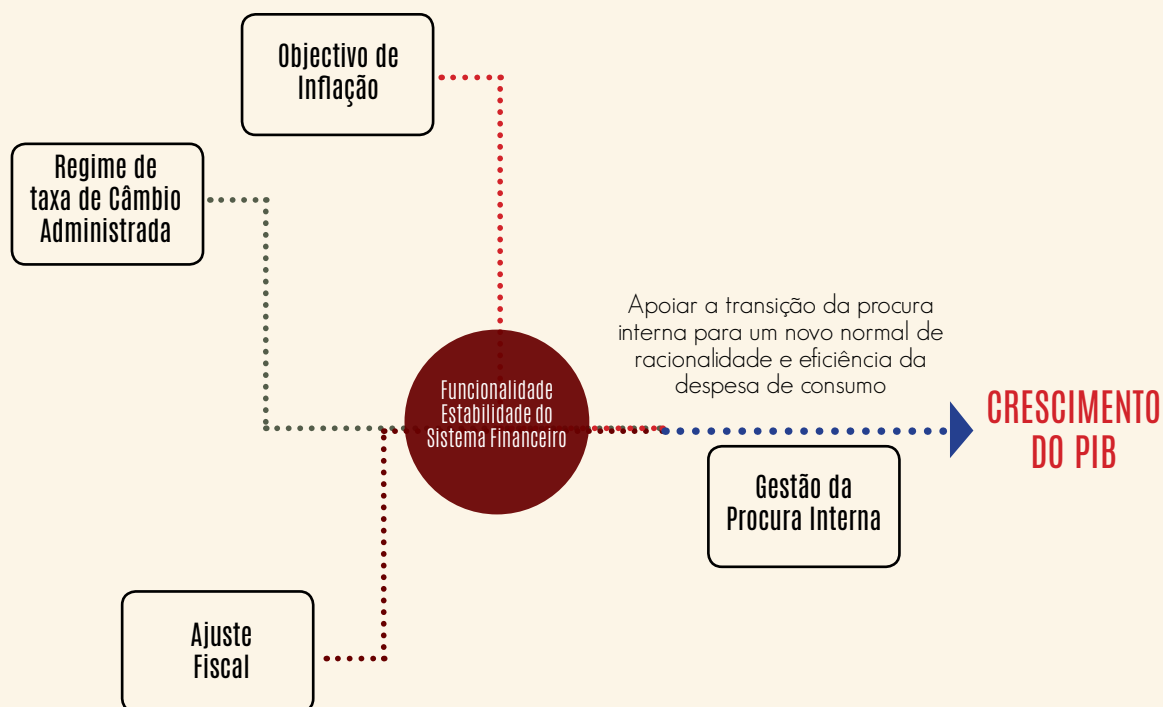
Aumentar a capacidade de arrecadação fiscal  
 Melhorar a eficiência alocativa e técnica da despesa tal como a sua efectividade.  
 Programa de Sustentabilidade das Contas Públicas: reforço de curto prazo da solidez das finanças públicas e o controlo do rácio da dívida pública dentro de níveis suportáveis.  
 O Programa de Sustentabilidade Fiscal irá centrar-se na adopção de medidas de melhoria da qualidade da despesa e de reforço da arrecadação não petrolífera, em continuidade da reforma tributária.

### Política Monetária

O Programa de Estabilidade Cambial continuará a subsidiar o Programa de Controlo da Inflação, em sede da Coordenação Fiscal-Monetária, e a visar uma maior estabilidade macroeconómica.

### Política Externa

Oferta de divisas orientada para a importação de bens e serviços críticos ao normal funcionamento da economia, conforme Aviso 4/15.





**O QUE SE PREVÊ  
PARA O PIB EM 2018?**

### O que é o Produto Interno Bruto (PIB)?

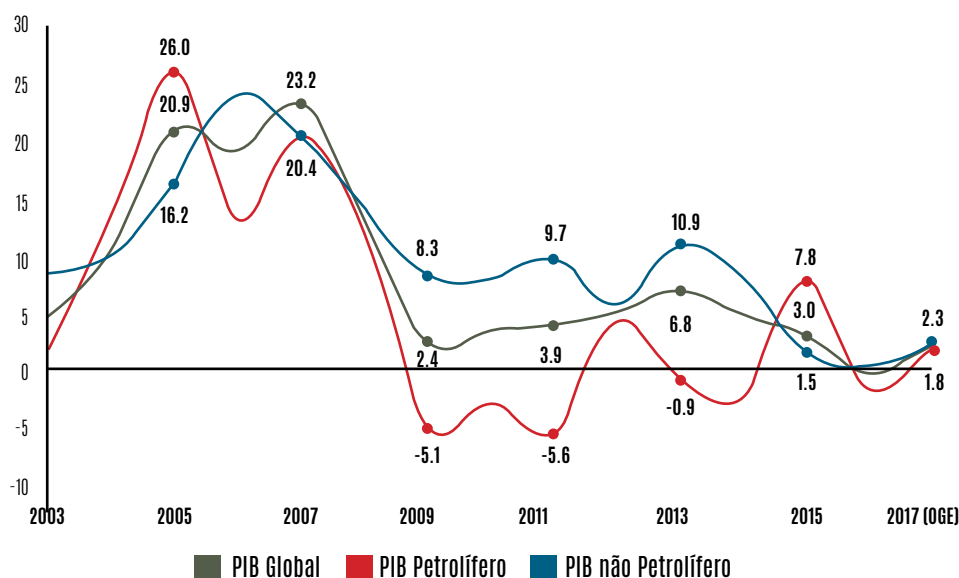
O Produto Interno Bruto mede a produção de bens e serviços da economia nacional, num determinado período, normalmente um ano.

### Como se mede o PIB?

Pode ser calculado pela soma da Procura Interna (Consumo Privado, Consumo Público e Investimento) e da Procura Externa Líquida (Exportações menos Importações).

Para 2018 esta previsto uma taxa de Real do PIB global de 4,9%, sendo que, para o sector

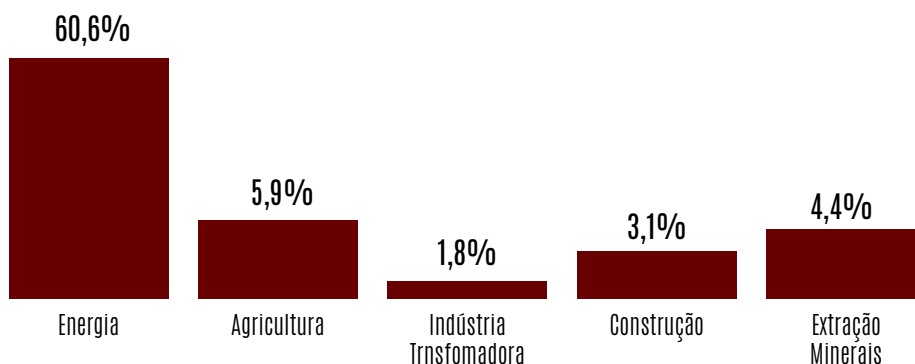
petrolífero (incluindo LNG) espera-se um crescimento de cerca de 6,1% e para o sector não petrolífero 4,4% (refletindo uma melhoria de desempenho da actividade económica). O desempenho do sector não petrolífero será determinado por uma taxa crescimento de cerca de 4,4%, sendo que o crescimento esperado para os sectores da energia (60,6%), agricultura (5,9%), industria transformadora (1,8%) e da construção (3,1%). A extracção de Diamantes, de minerais metálicos e de outros minerais deverá registar uma taxa de crescimento de 4,4%.



Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Tx. Cresc. PIB	4,8%	3,5%	8,5%	5,0%	4,8%	0,9%	-2,6%	-2,5%

**NOTA:** Taxa de Crescimento do PIB Nacional, ao longo dos últimos 8 anos baseados nos dados apresentados pelo INE no dia 11 de Maio DE 2018

### Sectores em Crescimento

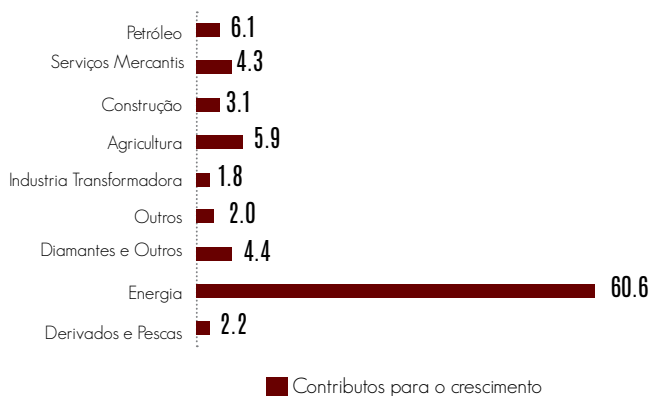


## COMPOSIÇÃO DO PIB REAL (%) EM 2018?

### COMPOSIÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO REAL DO PIBPM (%)

O sector petrolífero será caracterizado por um declínio da produção nos próximos anos devido à constrangimentos vários enfrentados pelas companhias petrolíferas no desenvolvimento das suas actividades. Para 2018 está previsto uma produção petrolífera anual de 620 milhões de barris, a um preço médio de USD 50 e uma taxa de crescimento na ordem dos 3,1 %, superior a 2017 que era de 1,8 %. As projecções de fecho de 2017 apontam uma que de 0,5 %. Para o ano corrente, estima-se que o sector não petrolífero cresça cerca de 4,4%, esperando-se que o sector agrícola cresça cerca de 5,9% diferente dos 7,3% verificados em 2017. A Indústria transformadora com deverá crescer 1,8%, menos 2,2 pp do que 2017 (o sector Diamantífero crescerá cerca de 4,4%). Por sua vez, o sector da Construção foi revisto em alta para

Contributos para o Crescimento



3,1% contra os 2,3% do ano anterior. O Sector da Energia deverá registar um crescimento de cerca de 60,6% e os serviços Mercantis de cerca de 4,3% .

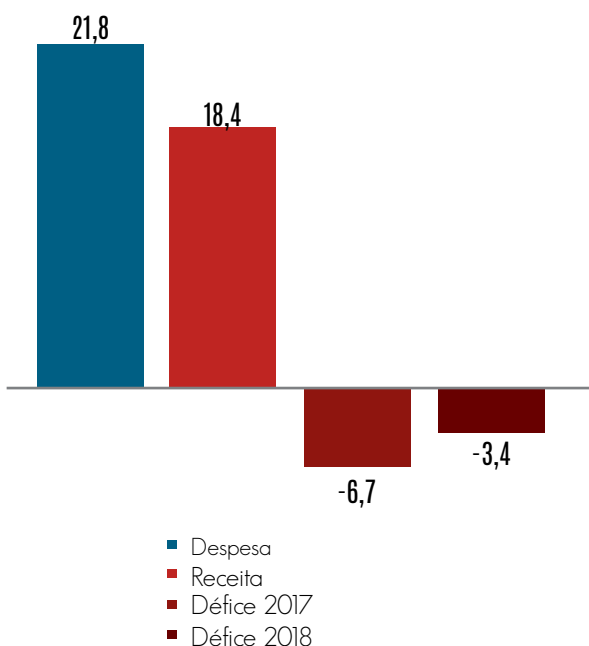
## O QUE SE PREVÊ PARA O DÉFICE ORÇAMENTAL EM 2018?

### Saldo Orçamental e Saldo Primário: de que se trata?

**a) Saldo Orçamental (global) :** resulta da diferença entre o total de receitas e o total de despesas.

O saldo orçamental pode ser superavitário (receita > despesa) ou deficitário (receita < despesa). Saldo orçamental deficitário é colmatado (financiado) com recurso ao endividamento (empréstimos ou emissão de títulos de dívida). A dinâmica económica exhibe uma relação positiva entre o défice orçamental e a dívida pública, isto é, se as outras variáveis se mantiverem constantes, quanto maior for o défice orçamental, maior será a dívida pública.

**b) Saldo Primário:** consiste na diferença entre o saldo global e os juros da dívida pública. Este indicador demonstra como seria o saldo orçamental se não existisse dívida contraída anteriormente.







## FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO EM 2018?

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2018 está avaliada no montante de AKz 9.685,6 mil milhões, contemplando um Plano Orçamento de Financiamento Bruto, consagrando tanto fontes fiscais e de endividamento público, de AKz 9.685,6 mil milhões, tal como ilustram as tabelas abaixo.

Plano de Financiamento do OGE			
Descrição	Mil Milhões	% do Total	% do PIB
Receitas Fiscais	4 139,3	42,7	17,3
Impostos	4 139,3	42,7	17,3
Petrolíferos	2 399,1	24,8	10,1
Não Petrolíferos	1 740,2	18,0	7,3
Contribuições Sociais	172,9	1,8	0,7
Outras Receitas (inclui depósitos)	592,1	6,1	2,5
Receita Patrimonial	0,8	0,0	0,0
Receita de Endividamento	4 780,5	49,4	20,0
Interno	2 821,4	29,1	11,8
Externo	1 959,0	20,2	8,2
<b>Total</b>	<b>9 685,6</b>	<b>100,0</b>	<b>40,6</b>

## Estrutura da Aplicação de Recursos no OGE

Descrição	Mil Milhões	% do Total	% do PIB
Pessoal	1 689,71	17,45	7,08
Dos quais Vencimentos	1 586,82	16,38	6,65
Bens e Serviços	971,98	10,04	4,1
Juros	968,40	10,0	4,1
Externos	517,07	5,34	2,2
Internos	451,33	4,7	1,9
Transferências	600,08	6,2	2,51
Dos quais Subsídios	224,95	2,32	0,94
Aquisições de Activos não Financeiros	978,81	10,11	4,10
Amortização da Dívida	4 153,18	42,9	17,40
Externa	1 394,15	42,9	5,84
Interna	2 759,02	14,39	11,56
Aquisição de Activos Financeiros	323,39	3,34	1,35
<b>Total</b>	<b>9 685,6</b>	<b>100,0</b>	<b>40,6</b>

# EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EM 2017?

## PORQUE TEM AUMENTADO A DÍVIDA PÚBLICA?

**Efeito saldo primário:** quando as receitas efectivas são inferiores à despesa primária do ano económico, regista-se um défice primário, o que induz o governo a contrair dívida para financiar a parte da despesa não coberta pelas receitas efectiva, o que contribui para o aumento da dívida pública. Nos últimos 3 anos (2015 – 2017) a economia angolana registou défices em percentagem do PIB na ordem 3,3%, 3,8% e 6,7% respectivamente. Entretanto, a continuidade dos défices primários no futuro contribuirá certamente para o aumento da dívida pública angolana.

**Efeito juros:** : mesmo que o país consiga no curto prazo um saldo primário quase equilibrado é necessário pagar os juros que resultam da dívida contraída em anos anteriores. Os juros contribuem para o défice orçamental e, por conseguinte, para o aumento da dívida pública. Os efeitos nocivos dos juros sobre a dívida serão maiores quanto maior for a sua taxa e quanto maior a quantidade de dívida emitida.

**Efeito PIB:** como o stock da dívida se mede como uma percentagem do PIB, se o PIB crescer num determinado ano, está percentagem decresce, assumindo que a dívida permaneça constante no mesmo período. Os dados preliminares de fecho apontam que, em 2017, o rácio da Dívida/ PIB será de 66,6% e que o PIB real cresce 1,1%.

**Outros:** aqui capturam-se os efeitos sobretudo das receitas de privatizações (que reduzem as necessidades de financiamento), dos resultados negativos das empresas públicas reclassificadas (que as aumentam) bem como da variação de depósitos.

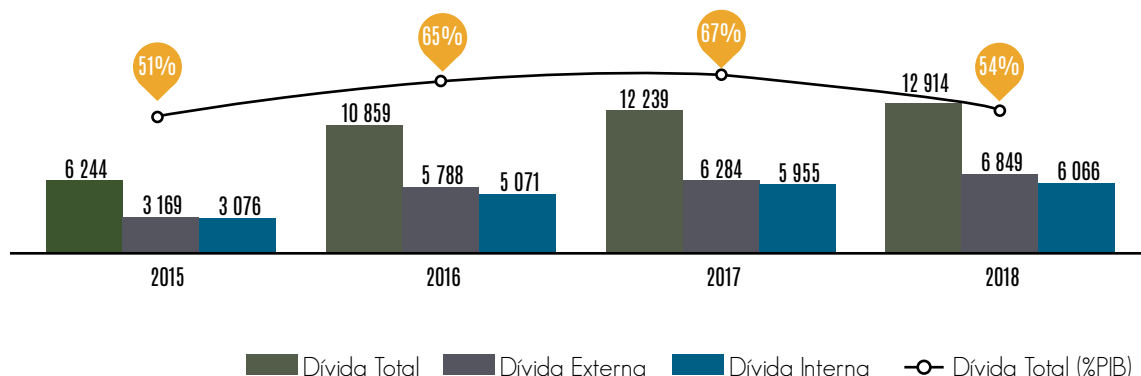
## O DÉFICE, A DÍVIDA E A NECESSIDADE DE RECORRER AOS MERCADOS?

O Governo admite que no sector financeiro a operação de consolidação orçamental e reestruturação da dívida pública poderá ter um impacto negativo a médio prazo provocando de certa forma a redução dos lucros até aqui obtidos com os títulos do tesouro e um aumento do crédito malparado.

Em Termos de dívida do Estado, o PEM avança que a mesma ultrapassou o limite de referência de 60% do PIB tendo em 2017 ascendido os 12,2 biliões de Kwanzas, dos quais cerca de 6,0 biliões correspondentes a dívida interna e 6,2 biliões com relação a dívida Externa, totalizando cerca de 62 % do PIB.

Espera-se que em 2018 a dívida em valor venha a aumentar para 12,9 biliões de Kwanzas sendo, 6,1 biliões interna e os restantes 6,9 externa registando assim um valor percentual de 54% em relação ao PIB, ligeiramente inferior a 2017.

Para atenuar a situação, do lado da despesa está previsto a racionalização e melhoria da qualidade da despesa , a abertura de concursos públicos para os programas de investimentos público inscritos no OGE 2018 .Por outro lado está previsto acelerar o pagamento dos atrasados da dívida pública, a implementação do regime de contratação de bens e serviços por via electrónica ( leilões Electrónicos ) e a renegociação dos termos e condições da actual dívida do estado.





# DE ONDE VEM A RECEITA DO ESTADO?

No topo do valor das receitas estão:

## a) Impostos Directos

- Impostos que incidem sobre a actividade petrolífera;
- Impostos que incidem sobre a actividade não petrolífera.

## b) Impostos Indirectos

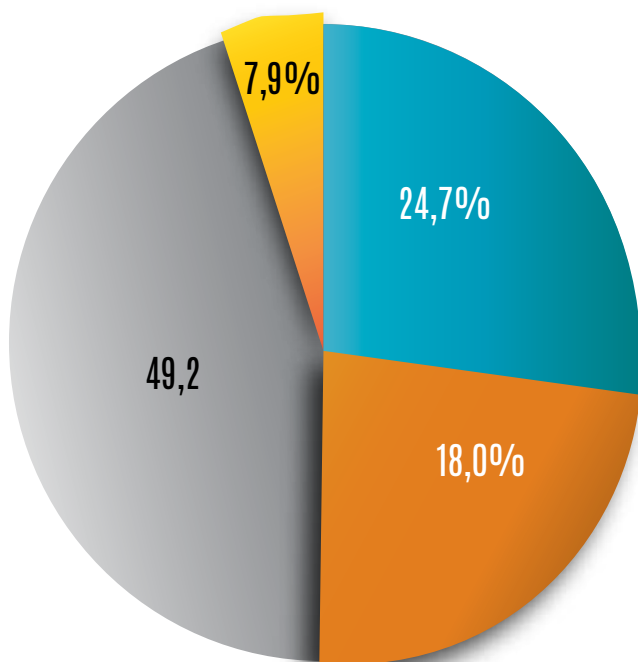
- Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos, selo, consumo e outros.

## c) Contribuições Sociais

## d) Receitas Não Fiscais

- Receitas de vendas de bens e serviços públicos;
- Taxas;
- Multas;
- Emolumentos e outras receitas correntes.

## e) Receitas de Financiamento



- Receitas de Financiamento
- Outras Receitas
- Receitas Petrolíferas
- Receitas não Petrolíferas

## QUAIS OS IMPOSTOS MAIS RELEVANTES?

Podemos dividir a nossa gama de impostos da seguinte forma:

### **Impostos sobre Rendimentos Lucros e Ganhos de Capital:**

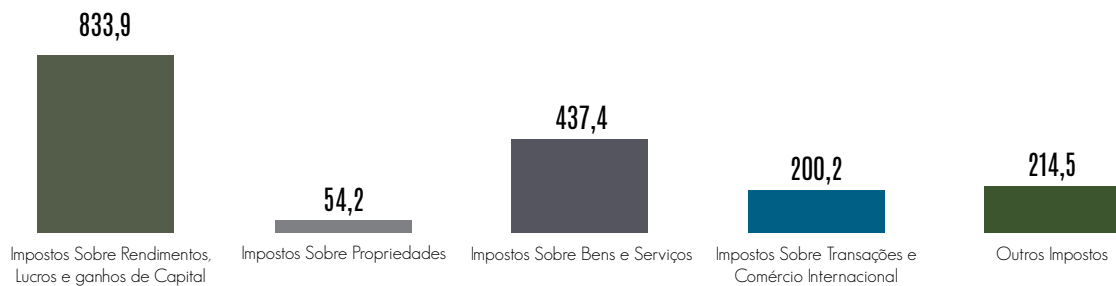
Impostos sobre o rendimento do trabalho;  
Imposto sobre o rendimento do petróleo e  
Imposto industrial;

### **Imposto sobre Propriedades:**


Imposto predial urbano; e  
Imposto sobre sucessões e doações.

### **Imposto sobre Bens e Serviços:**

Imposto sobre o consumo de bens;  
Impostos sobre o consumo de serviços;  
Imposto sobre outros bens e serviços.





A young boy in a school uniform is shown from the chest up, leaning over a desk and writing in a notebook. He is wearing a dark blue blazer, a white collared shirt, and a blue striped tie. The background is blurred, showing what appears to be a classroom setting. The image is partially obscured by a dark grey overlay on the left side, which contains the text.

**ONDE SERÁ GASTO  
O DINHEIRO DOS  
CONTRIBUINTES?**







## COMO PODEMOS INTERPRETAR A DESPESA PÚBLICA FISCAL (5.105,8 MIL MILHÕES DE AKZ)?

Aqui apresenta-se a despesa do Estado naquilo a que se chama a “óptica funcional”, isto é, classificada em termos dos grandes domínios de intervenção do Estado: a que funções do Estado é dada prioridade na alocação dos recursos públicos?







Aproximadamente 62,3% das despesas pública (excluído o serviço da dívida) destinam-se a cobertura de despesas como sector social e sector público geral.

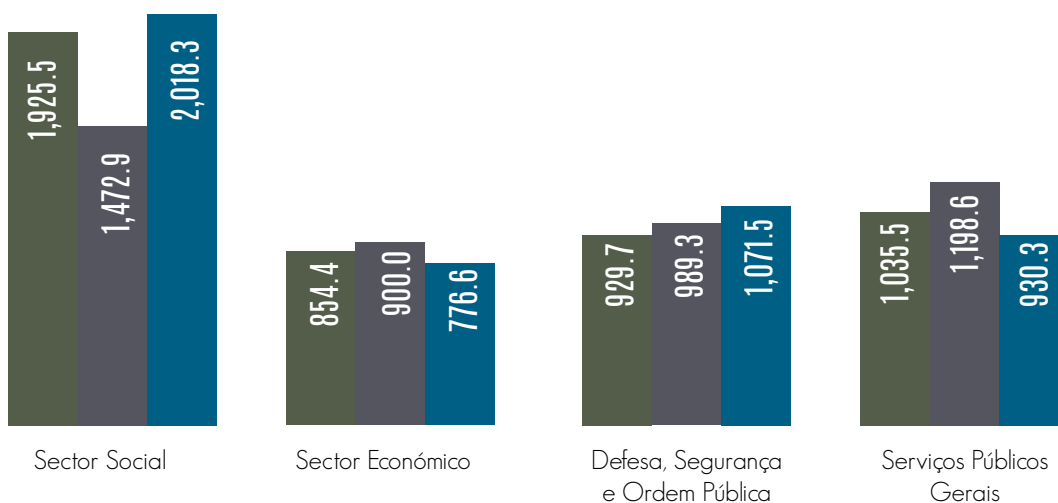
A anatomia interna da despesa como sector social traduz-se no seguinte: 28% correspondem às Despesas com a Educação; 20% às Despesas com a Saúde; 32% para a Protecção Social; 18% para Habitação e Serviços Comunitários; 2% às para Recreação, Cultura e Religião.

## COMO PODEMOS INTERPRETAR A DESPESA COM O SECTOR SOCIAL?

O gráfico a baixo apresenta a anatomia do sector social.

### SECTOR SOCIAL

	EDUCAÇÃO	28,4%
	SAÚDE	19,7%
	PROTEÇÃO SOCIAL	31,5%
	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS	18,3%
	RECREAÇÃO, CULTURA E RELIGIÃO	1,7%
	PROTEÇÃO AMBIENTAL	0,4%



■ OGE 2016 ■ OGE 2017 ■ OGE 2018



## Principais Programas de Investimentos Públicos em 2018

### PROJECTOS

Construção do A H de Laúca e Sistema de Transporte Associado  
 Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça  
 Instalação Central Ciclo Combinado Soyo Sistema de Transporte Associado  
 Construção da Infra-Estrut. Costeira/Projecto Marginal da Corimba  
 Electrificação e ligação Domiciliares da Cidade - Viana  
 Construção da Infra-Estrutura Urbana 10.000 Fogos - Kilamba  
 Construção do Centro Nacional Coordenação e Vigilância Luanda-Kalunga  
 Aquisição Equipamento de Transporte 6 Helicópteros  
 Fornecimento de Bens, Instalação e Suporte Técnico do Bi, Rc Notariado  
 Construção do Sistema Associação ao A.H. de Laúca-Lote  
 Reabilitação Central Térmica Cabinda/Malembó, Reforço da Capacidade Termoelétrica  
 Const.Sist.Adução Dist. Eta Quilonga Grand.Sist.Dist.Associado/Minea  
 Reab.e Reforço do Sistema Abastecimento de Água de Cabinda  
 Reabilitação Central Térmica Zaire-Soyo Assistência Técnica do Ciclo Combinado  
 Electrificação da Província do Zaire  
 Construção de Infra-Estrutura - Fase 1  
 Construção de Infra-Estrutura da Centralidade Zango Red/Sonip  
 Construção da Auto Estrada Luanda/Soyo-Pacote 5 (Km 8+ 800 ao Km 104+800) 2  
 Estudo de Levantamento Geológico Zona Sul  
 Construção e Apetrechamento do Aeroporto do Luau  
 Constr. e Aquis. De Equip.Sas.Eléct.Público Nac.de Geradores Fotovoltaicos e Rede Mt/Bt  
 Construção do Nail de Luanda  
 Construção Sistema 4 (Eta Bitá) Sistema de Distribuição Água- Luanda  
 Programa Água para Todos / Minea  
 Reforço do Sistema de Abastecimento de Água do Huambo (2ª Fase)



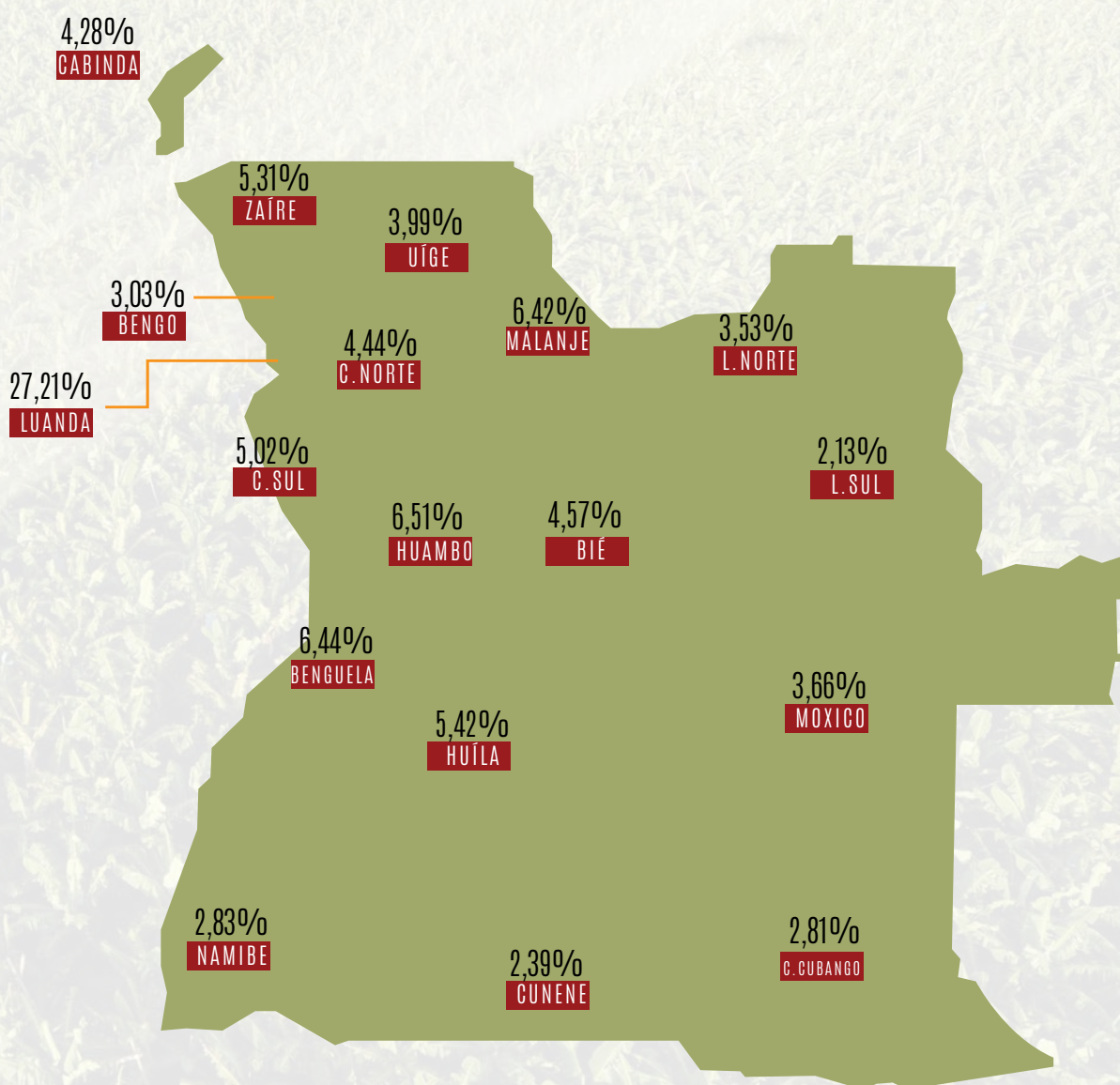
LOCAL/GESTOR	VALOR
Cacuso-Min. Energia e Águas	27,8
Banga-Min. Energia e Águas	25,2
Soyo-Min. Energia e Águas	21,9
Luanda-Gab.Fut.Belas Mussulo	18,6
Viana-Min. Energia e Águas	16,8
Belas-Min. Da Construção	15,8
Belas-Min. Da Defesa	12,2
Estrutura Central-Min. Da Defesa	12,2
Estrutura Central-Min. Da Justiça	11,9
Vários Mun. De Malanje- Min. Energia e Águas	11,6
Estrutura Central-Min. Da Energia Águas	10,5
Luanda-Min. Da Energia e Águas	10,3
Cabinda-Min. Da Energia e Águas	8,8
Estrutura Central-Min. Da Energia Águas	8,7
Estrutura Central-Min. Da Energia Águas	8,3
Belas-Gab.Fut.Belas e Mussulo	8,3
Belas - Min.Orden. Território	8,1
Vários Mun. De Zaire- Min. Da Construção	7,7
Estrutura Central-Min. Dos Petróleos	6,9
Luau- Minist. Dos Transporte	6,4
Estrutura Central-Min. Da Energia Águas	6,2
Icolo e Bengo- Minist. Dos Transporte	6
Luanda-Min. Da Energia e Águas	5,5
Vários Mun. Do Bengo-Min. Da Energia Águas	5,3
Huambo-Min. Da Energia Águas	5,2

An aerial photograph of a vast, lush green agricultural field, likely a banana plantation, stretching towards distant mountains under a clear sky. A yellow crop-duster airplane with blue accents is flying over the field, leaving a misty trail behind it. The registration number 'PP-R2014' is visible on the side of the plane. On the left side of the image, there is a vertical red bar with a white grid pattern.

**MAPA DA DESPESA  
EM % POR  
PROVÍNCIA EM 2018**

Em 2018, não diferente dos anos anteriores, a despesa fiscal está centrada maioritariamente na província de Luanda, estando de seguida as províncias do Huambo, Benguela, Malange, Huíla e Zaire. No entanto, observa-se que as despesas em províncias como Cuanza Sul, Cuanza Norte, Bié, Cabinda e Uíge ganham cada vez mais

importância, o que espelha a dinâmica do executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.





MINISTÉRIO DAS  
FINANÇAS

 2018 | 

MINISTÉRIO DAS  
**FINANÇAS**  
REPÚBLICA DE ANGOLA